

2ª quinzena de junho de 2000

AD
VERSO

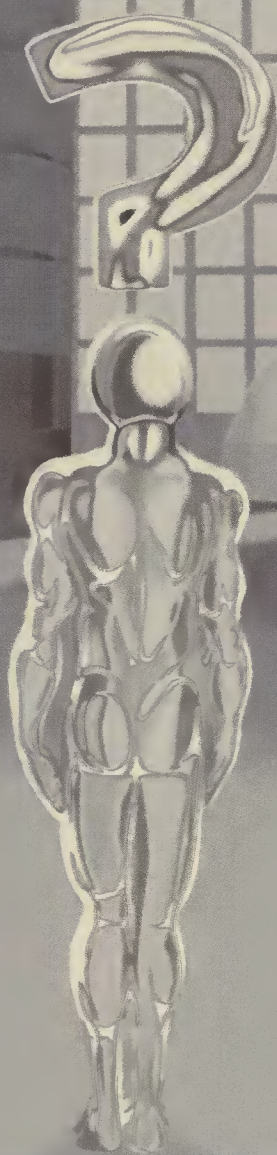
Jornal da Adufrgs

nº 63

**A dominação é mais eficaz
se o dominado ficar inconsciente.**
*Justamente por isso é que o grande
desafio que se coloca à duração de um império
consiste, a longo prazo, em sua capacidade
de domesticar as mentes.*

Página 8

A frágil democracia brasileira



Em 1997, dos 100 maiores orçamentos do mundo, apenas 49 eram de estados nacionais. Os outros 51 pertenciam a grandes corporações. Hoje, são elas que decidem de fato as políticas econômicas e sociais, especialmente das nações que se inserem de forma subordinada no processo de globalização. No caso brasileiro, o governo foi explícito ao delegar para o FMI o controle informal de sua política monetária e fiscal. Neste contexto, a frágil democracia brasileira se distancia, cada vez mais, de seus cidadãos.

Páginas 6 e 7

Gil Cafrune Gosch



A questão da democracia

Estamos saindo do processo de escolha de reitor desta Universidade, regulado por uma lei feita sob medida para que a vontade da comunidade não seja respeitada. Mesmo existindo uma consulta, fica a cargo do órgão máximo, o Conselho Universitário da Ufrgs, a definição de uma lista tríplice elaborada por voto secreto, o que não garante que a vontade da consulta seja respeitada, a não ser por acaso.

Esta lei é que permitiu a posse do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro que vive até hoje tentando se reorganizar academicamente depois do resultado legal, mas que ficou claro não ser a vontade da grande maioria da comunidade acadêmica.

Esperamos que este processo não se repita na nossa Universidade que na consulta expressou sua vontade, mesmo havendo uma candidatura única. Esta mesma lei regula também as eleições dos diretores das Faculdades, Escolas e Centros que devem acontecer em sua maioria até o final deste ano, diferente da escolha para reitor, o processo se esgota no âmbito da Universidade.

Encerrou-se também o processo de votação de uma nova diretoria da Andes para os próximos dois anos em que foi vencedora a chapa 2. A Ufrgs escolheu em sua maioria a chapa que não foi a vencedora, mas esperamos que isto não signifique uma oposição sistemática e incose-

quente. O compromisso dos docentes desta Universidade sempre foi por um ensino público, de qualidade e gratuito e as nossas ações sempre estiveram em busca deste ideal.

A luta no sindicato sempre foi em busca da condição de ensino ideal para o professor, onde ele possa exercer sua tarefa com dignidade livre das pressões dos mais diversos tipos e sem ter de ir em busca de fontes alternativas para viabilizar seu trabalho universitário.

Nestes próximos anos a vida universitária passará por questionamentos bastante duros. A implantação do novo regime de trabalho, emprego público, em nosso meio deve ser avaliado e discutido com muita profundidade. A coexistência de dois regimes de trabalho, como já aconteceu no passado, acarreta grandes danos ao serviço público e ao ensino. As regras do emprego público estão em rápida elaboração e devem ser aprovadas num curto espaço de tempo retirando muitos dos ganhos estabelecidos no RJU. A manutenção do ensino público deverá sofrer novos ataques do governo tão logo este novo regime de trabalho esteja implantado.

Estas previsões não devem fazer com desanimemos dos nossos ideais. Não podemos ceder às tentações de aceitar trabalhos remunerados sem um questionamento mais profundo sobre as condições em que estão sendo realizados.

Burocracia

A estrutura burocrática foi apontada pelo reitor da Universidade de Brasília (UnB) na Folha de S. Paulo, Lauro Morhy, como um ponto complicador no funcionamento das universidades públicas brasileiras. A vida acadêmica estaria sufocada por uma série de entraves legais e amarras. "Se Einstein estivesse vivo e uma universidade brasileira quisesse contratá-lo, não seria possível. Ele teria de fazer concurso, mesmo sendo um visitante", reclamou.

Pesquisa

As universidades públicas brasileiras promovem 87,1% dos cursos de mestrado e 89,2% dos cursos de doutorado realizados no País. Estes dados constam do relatório A Presença da Universidade Pública, da Comissão de Defesa da Universidade Pública do Instituto de Estudos Avançados (IEA), da Universidade de São Paulo (USP). Foram concedidas 55,7 mil bolsas em 1995, 59,1 mil em 1996 e 1997 e 50 mil em 1998. Os gastos caíram de R\$ 500,3 milhões em 1993 para 406,7 milhões em 1998.

As maiores

Das sete maiores universidades brasileiras, cinco são particulares. A maior

delas é a Universidade Paulista (Unip), que em 1998 tinha quase 45 mil alunos. Em segundo lugar está a gaúcha Unisinos, cujo campus equivale a 140 campos de futebol (a biblioteca, de 37 mil metros quadrados, tem o mesmo tamanho do novo terminal do Aeroporto Salgado Filho). Em terceiro vem a Ufrj, depois a PUC-MG, PUC-RS, Mackenzie (SP), Unesp, UFPA e Ulbra (RS).

América Latina

O Brasil ocupa as primeiras e as últimas posições em termos de ensino superior na América Latina. Está lá embaixo quando se trata de estudantes matriculados, mas é o segundo em pesquisa. Só em 1995 foram 2.760 artigos publicados, nada menos que o dobro da Argentina. O país do Prata, mesmo com um investimento bem menor de seu PIB no Ensino Superior (0,37%, contra 1,36% do Brasil), tem um desempenho três vezes maior. Confira os quadros da Unesco World Science Report 1998, sobre a Educação.

Percentual de pesquisadores na população economicamente ativa:

Cuba	0,59%
Argentina	0,13%
Chile	0,12%
Costa Rica	0,12%
Uruguai	0,07%
Bolívia	0,05%
México	0,05%
Brasil	0,04%
Equador	0,01%
Panamá	0,01%

Percentual de estudantes em idade universitária (18 a 24 anos) matriculados no ensino superior.

Argentina	42%
Costa Rica	33%
Chile	31%
Uruguai	30%
Equador	26%
Peru	26%
Venezuela	25%
Bolívia	24%
Colômbia	17%
México	16%
Brasil	15%
Cuba	12%
Paraguai	10%



Wrana: quase 7 mil votos

Comunidade respalda indicação de Wrana

A consulta para organizar a lista tríplice que nomeará o reitor e o vice-reitor da Ufrgs teve a participação de 1.408 professores (dos 2.257 inscritos), 1.573 funcionários e 4.716 estudantes. A atual reitora Wrana Panizzi obteve 6.956 votos. Os brancos somaram 345 e nulos, 396. No próximo dia 30, a partir das 10h, o Conselho Universitário se reúne para completar a lista tríplice.

AD
VERSO

Publicação
quinzenal
Impressa em
papel Ecograph
75 gramas
Tiragem: 5.500
exemplares
Impressão: Gráfica e
Editora Comunicação
Impressa Ltda.

Produção e Edição
Veraz Comunicação Ltda.

Jornalistas responsáveis
Zaira Machado (RJP 7812)
Paulo Cezar da Rosa (RJP 5808)

Reportagem: Jefferson Assunção, Marco
Aurélio Weissheimer, Gil Cafrune Gosch
e Vanessa Martins

Ilustrações: Mario Guerreiro
Diagramação: Fabrícia Osanai

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrgio;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll

ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical do ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

CARTA ABERTA

Aos docentes da Ufrgs

Estupefação! talvez seja essa a palavra mais adequada para expressar nosso estado frente às últimas tentativas de mobilização para qualquer reação contra a estagnação de nossos salários e o já tão propalado sucateamento de nossa universidade.

Precisamos urgentemente descobrir quem é esse ser supremo que conseguiu calar a nossa boca, anestesiar os nossos sentidos, saciar aparentemente nossa necessidade de mudança e destruir o nosso senso crítico. Precisamos reverenciar esse ser supremo que finalmente acabou com qualquer esboço de resistência de um corpo docente que historicamente enfrentou os mais diferentes agentes de destruição da inteligência nacional.

É lamentável, colegas!

Nós, professores do colégio de aplicação dessa universidade, que sempre participamos ativamente do movimento docente, manifestamos e reiteramos a nossa estupefação e indignação. Nossos alunos, aprendizes incansáveis desse mun-

do em transformação, continuam sendo preparados para enfrentar as disparidades sociais com discernimento, com crítica e com vontade de mudar. É triste mostrarmos, pela simples observação da realidade, que seus futuros mestres sentaram-se no imobilismo e se atiraram na busca de saídas para seus problemas pessoais, perdendo a solidariedade, o interesse comum e, acima de tudo, a capacidade de sonhar.

É preciso confessar, colegas, estamos cansando. Parece que a maioria esmagadora venceu, nos convenceu.

Nós, hoje, já desistimos de algumas iniciativas?

Será que restou apenas esta carta como um último suspiro?

Teremos que nos preparar para juntos nos ajoelharmos e em uníssono repetir ao ser supremo: sim sim sim sim sim sim sim?

Professores do Colégio de Aplicação - Ufrgs.
Reunião Geral de 14/06/2000.

Servidores públicos federais exigem uma resposta do governo

As entidades que representam os servidores públicos federais (SPF) afirmam que os funcionários não têm nenhum motivo para voltar ao trabalho. Segundo Adriana Ramos, diretora da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Assufrgs), "o governo federal não apresentou nenhuma contraproposta, mas nós aguardamos uma resposta na audiência no dia 29 de junho".

Sebastião Henrique, vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindiserfe), afirma que "se até a próxima negociação o governo não tiver uma resposta, nós faremos um ato de repúdio e retomaremos a greve com mais força".

Governo e servidores tiveram um

único encontro após a greve, no dia 15 de junho, mas não chegaram a um acordo. O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, demonstrou a intenção de negociar um reajuste por categoria, mas os trabalhadores querem um reajuste linear.

A reivindicação está centrada em dois eixos: a defesa do ensino público de qualidade, onde entram questões como saúde e previdência e a reposição salarial linear de 64%, que corresponde às perdas com a inflação acumulada dos últimos cinco anos, período em que os servidores não tiveram aumento.

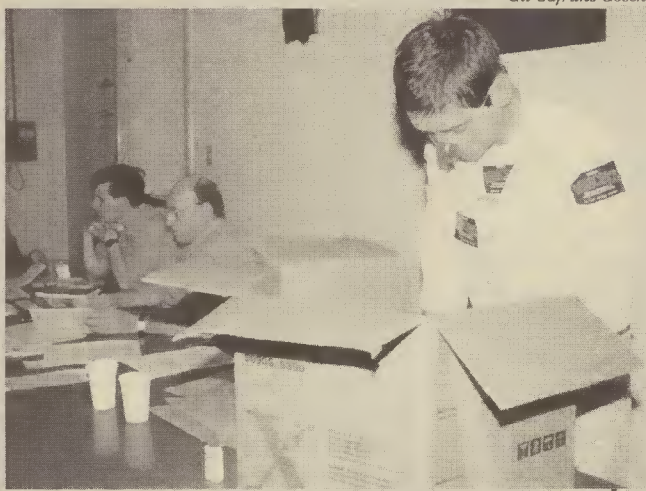
O vice-presidente do Sindiserfe contabiliza que no início da paralisação, dia 10 de maio, a adesão era de 60% dos servidores gaúchos, cerca de 15 mil tra-

balhadores. Hoje, Sebastião Henrique estima que o total de grevistas no país seja de 45%, o que equivale a cerca de 100 mil funcionários. No Estado o percentual cai para 30%, isto porque, conforme Adriana Ramos, os servidores estão sendo intimidados pelos cortes de ponto. Para o vice-presidente do Sindiserfe, os cortes não são legítimos. "Estamos recomendando aos sindicatos que entrem na Justiça para impedir o desconto. Os trabalhadores filiados ao Comando Nacional de Saúde e Segurança ganharam uma liminar que até agora não foi contestada pelo governo", afirma ele. De acordo com Sebastião, após a reunião com o governo o quadro deverá mudar, dependendo do resultado da negociação.

Assufrgs boicota consulta para Reitoria

Os servidores técnico-administrativos da Ufrgs encabeçaram uma campanha de boicote à consulta realizada para os cargos de reitor e vice da Universidade, no dia 15 de junho. A Associação dos Servidores da Ufrgs (Assufrgs) propôs a anulação dos votos, usando o slogan "Democracia: quero inteira e não pela metade". O motivo do protesto é a distorção entre os pesos atribuídos a cada categoria de votantes. Votos de professores valem 70% do total, enquanto técnico-administrativos e estudantes dividem os 30% restantes.

Dentre os 1.408 docentes que efetivamente participaram da votação, 12,5% anularam o voto ou não marcaram nada. O índice de servidores que se manifestou contra o processo eleitoral foi de 21,87% num grupo de 1.573 votantes. Estudantes obtiveram a menor percentagem de adesão, com apenas 4,69% dos 4.716 eleitores efetivos anulando seu voto. "Informalmente avaliamos que a campanha foi positiva, apesar de não termos tido muito tempo para divulgá-la", comenta Adriana Ramos,



Consulta: "nariz de palhaço" no protesto dos servidores

da diretoria da Assufrgs. "Os números são semelhantes aos que obtivemos na outra escolha, em 1996."

PÓS-GRADUAÇÃO

Procurador da Ufrgs retifica informação

Reproduzimos, a seguir, esclarecimentos do procurador-geral da Ufrgs, Armando Eduardo Pitrez, sobre informações atribuídas a ele em matéria publicada na edição nº 62 do jornal Adverso:

"Ao receber, nesta data, o exemplar do Jornal Adverso nº 62, 1ª quinzena de junho de 2000, venho manifestar-me sobre a matéria publicada sob o título "Pós-graduação - Proibidas cobranças ilegais", tendo a esclarecer que o conteúdo da citada matéria, a mim atribuído, não condiz com o que declarei ao jornalista, através de ligação telefônica.

A conversa iniciou-se ao ser perguntado se haveria alguma cópia do material enviado pelo Sr. Pró-Reitor de Pós-graduação à Procuradoria, relativo aos cursos de Pós-graduação que vinham cobrando taxas de matrícula.

Respondi que todo o material por mim recebido foi enviado pela Reitoria à Procuradoria da República, em resposta aos questionamentos recebidos pela Administração Central da Universidade.

É importante ressaltar que ao responder perguntas ao Adverso, afirmei que a Reitoria jamais autorizou a cobrança de taxas dos cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado e que a partir da denúncia feita ao Ministério Público Federal, este solicitou informações à Administração Central da Ufrgs, sendo a partir daí a questão levantada, que gerou a Decisão nº 106/2000 do Consun, restando definitivamente esclarecido que as cobranças de taxas para esses cursos de Pós-graduação não são permitidas, e que caso esse fato venha a ocorrer, ensejará a responsabilização através de Processo Administrativo Disciplinar.

Salienta-se que, em momento algum, foi declarado que houvesse parecer do Ministério Público Federal sobre a questão. Esta universidade tem conhecimento de existência de denúncia através dos órgãos, com pedidos de informação formulados pelo MPF para instruir Procedimento, delas decorrentes, relativos à questão de pagamentos de Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado, desconhecendo, neste momento, as conclusões do MPF.

Considerando que não há correspondência entre o que foi dito por telefone ao jornalista, com o que foi veiculado pelo jornal, solicito sejam publicados os esclarecimentos aqui constantes, de forma a possibilitar que a comunidade tenha conhecimento da realidade dos fatos, como é de seu direito.

Atenciosamente,

Armando Eduardo Pitrez
Procurador-geral da Ufrgs

Jorge A. Quillfeldt - Depto. Biofísica da Ufrgs

iZapata vive!

A resistência popular se articula em Belém

Uma tarde muito quente. Dezembro. Quase dava para sentir o cheiro dos gases de "efeito moral" lançados – inutilmente – em Seattle, dias antes. Belém do Pará, entretanto, fica noutro hemisfério, no meio da cobiçada cornucópia de biodiversidade tão afagada pelo mundo capitalista: a Amazônia.

Belém parece uma capital brasileira como tantas outras, bela com seus casarões coloniais e palácios barrocos, mas plena de contradições sociais, onde a miséria e a injustiça convivem lado a lado com a opulência mais extravagante. É uma cidade dentro da qual quase não se percebe a selva imensa que a cerca. Uma metáfora de concreto da própria cultura de massas alienada da sociedade brasileira, desinformada, conformista, e cercada por um oceano de tragédia humana por todos os lados.

Mas é nesse palco que se desenrolam alguns dos mais complexos conflitos sociais deste fim de século, onde indígenas, caboclos e negros lutam – em diferentes países e com diferentes graus de organização e sucesso – para sobreviver num mundo que parece preferir que eles não existam.

E é lá que, ouvindo seus relatos, singelos mas intensos, recarregaremos nossas baterias de inconformidade, irreverência e esperança.

O "II Encontro Americano pela Humanidade Contra o Neoliberalismo" aconteceu entre 6 e 11 de dezembro de 1999 e foi convocado por dezenas de sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares, ONGs, instituições, fóruns, partidos políticos, parlamentares e personalidades de todo o Brasil. A resposta veio do México, assinada pelo "sup", o subcomandante Marcos do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN): "desde o Amazonas brasileiro chegou-nos uma mensagem. O eco vem dos Andes e da Patagônia. Das águas do Caribe os ventos a trazem (...) E de todos os continentes do continente Americano, de todos os mundos que o povoam, homens e mulheres põem-se a caminhar (...) A América da digna resistência, da empenhada luta, se dirige já ao Brasil". Este Encontro seria uma continuação daquele realizado na selva Lacandona no México em 1996, inspirado pelos mesmos ideais do Zapatismo.

O evento teve uma organização primorosa, promovida pela Prefeitura Municipal de Belém, que é do PT (Força Socialista), e a recepção que todos tivemos foi calorosa. A cidade parecia saber para que estávamos aqui, como não deixavam de enfatizar os inúmeros outdoors em legítimo estilo "realismo socialista" espalhados por toda parte. Um deles saudava o Orçamento Participativo (que tem, entre os grupos de apoio, uma "brigada" e até mesmo a "juventude OP") representando a efígie em contraluz de um ferreiro martelando um cifrão ainda sem forma definida...

A grande inspiração para as mudanças vêm de uma versão atualizada dos ideais da Revolução Cubana que, no Pará do século XIX, tentou mudar a ordem das coisas. Belém é uma cidade em plena mutação, e os "cabanos" sabem disso. Vimos isto em diversas ocasiões, nos contatos com a população da periferia, visitando centros comunitários, associações de bairro, etc. Pacientemente, os belenenses aguardam os próximos passos: nós, que vivemos transformações em Porto Alegre há mais de dez anos, sabemos quão difícil é. Mas a realidade de lá é muito mais aterradora, injusta ao extremo, contraditória e violenta: poder econômico ultra-concentrado, imprensa personalista controlada pelos "coronéis" locais, assassinatos de políticos, sem-terra,



milитantes de movimentos populares e jornalistas, impunidade descarada.

O evento reuniu mais de três mil pessoas, de mais de 20 estados brasileiros e 20 países diferentes, com o destaque da presença de quilombolas do norte do país e quase uma centena de lideranças indígenas brasileiras, representando mais de 30 povos. A principal ausência notada foi a do MST, que, embora tenha tido divergências com a organização do evento, estava altamente mobilizado enfrentando uma semana decisiva em todo o País, com a repressão aumentando e o julgamento de José Rainha começando na semana seguinte.

A presença dos partidos de esquerda brasileiros, com suas bandeiras em permanente agitação, e a revigorante – para muitos, surpreendente – atuação de punks e anarquistas, predominou visualmente (e auditivamente) nas reuniões e manifestações. Mas a convergência de objetivos não conseguiu se impor sobre as diferenças: uma considerável parcela dos presentes estava em busca de outras atitudes e vinha imbuída do desejo de conhecer e exercitar as metodologias postas em voga pelo Zapatismo no México, algo que a organização do evento não previu (e esta sua grande falha). Mesmo assim, grupos de discussão se auto-organizaram e, com a presença de militantes experientes de movimentos populares latino-americanos e europeus, que haviam estado uma ou mais vezes no México reunidos com os Zapatistas, desenvolveram seus trabalhos e articularam suas lutas. Além dos iniciados no Zapatismo, mesclavam-se anarquistas de diversas vertentes, ativistas religiosos de diferentes confissões, militantes de movimentos étnicos, de direitos humanos, etc. Estes

grupos tinham uma característica em comum: rejeitavam a política tradicional "de partidos", e repudiavam um alegado "dirigismo" autoritário dos partidos de esquerda, particularmente dos marxistas. Eram em sua maioria, contudo, marxistas... Contraditório? Não, se entendermos qual a proposta Zapatista. Muitos crêem que ela pode mesmo ser a luz nesse momento de neblina teórica que as esquerdas deixaram baixar sem reagir (a tempo).

A forma mais rápida de se compreender erradamente o Zapatismo é tentar rotulá-lo a partir das classificações tradicionais. Se bem que ele possua elementos comuns a todos os movimentos emancipatórios de inspiração marxista, há muito do velho anarquismo em suas concepções; sendo mais preciso, é um tipo de "anarco-moralismo" (não vai aqui nenhuma intenção depreciativa). Castañeda, por outro lado, desceu seu "facão" teórico no Zapatismo e classificou-o de "reformismo armado". Toda essa querela lingüística pode significar apenas que estamos diante de um novo esforço por inovar o fazer político.

Marcos postula o "mandar obedecendo", uma nova cultura política onde as comunidades dirigem suas próprias vidas e interesses, e resolvem as diferenças sempre buscando o consenso – leve o tempo que levar – e evitando a votação, que sempre é um tipo de opressão a alguma minoria: parece impraticável à primeira vista, mas muitos de nós exercitamos esta metodologia de trabalho nos grupos de discussão em Belém e tivemos algum sucesso. O grupo em que participei, por exemplo, acabou produzindo um dos documentos mais maduros e contundentes do encontro, sem repisar chavões desgastados e automáticos e obviedades infrutíferas.

Mas trata-se de um método muito difícil, que exige paciência, tolerância, desprendimento e determinação para se chegar ao fim, além de termos que modular nossas expectativas quanto ao que será possível consensuar. Afinal, um tema que ficou hoje de fora pode retornar amanhã em um contexto mais favorável, nem tudo está perdido, mas a unidade consensual está garantida. Progressivamente, entretanto, as pessoas evoluem e, conseqüentemente, as discussões amadurecem. Concretamente, um grupo de discussão zapatista opera como um "soviet" do início da revolução russa, na mais pura democracia direta, e, nele, as discussões evoluem até o limite de entendimento daquele conjunto de pessoas, naquele contexto e momento. Ou seja, o respeito igualitário a cada pessoa é o critério final.

Os zapatistas confiam tanto nesta atitude que chegam a sustentar que não é necessário "tomar o poder" para se mudar o mundo: é uma idéia que exala um incômodo aroma de "reformismo", "anarco-individualismo" ou apenas, talvez, ingenuidade. Mas é cedo para "julgar" esta proposta, como prova diariamente o vigor da resistência dos povos indígenas e seus aliados no EZLN em sua sólida mobilização contra a opressão do exército mexicano. Esta luta esteve representada no Encontro pelos companheiros Abraham e Luzia, do EZLN, que sem nunca tirar seus "pasamontañas" (máscaras) ficaram à disposição de todos os grupos que desejassem conversar ou debater qualquer tema.

No encontro, além da luta-referencial mexicana, destacou-se a denúncia da situação de guerra civil instalada na Colômbia, onde mais de 30 grupos guerrilheiros combatem o exército – apoiado pelos EUA – e seus aliados paramilitares. Os grupos maiores são as FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o ELN - Exército de Liberação Nacional, e tentam promover, a partir de diferentes perspectivas, um diálogo com o governo em busca da paz e da resolução das causas do conflito que já dura quatro décadas. As FARC exigem o reconhecimento do estado de "guerra civil declarada" no país, mas isso nunca foi aceito. Em meados de 1999 a Colômbia esteve muito perto de ser invadida pelos EE.UU. pela força de seus "marines", e o risco persiste (várias bases já foram instaladas em território colombiano). Mensagens de ambos grupos foram lidos no plenário.

A lista de personalidades convidadas é muito ilustrativa da envergadura e alcance do encontro: Abraham e Luzia (representantes do EZLN), João Capiberibe (governador do Amapá, PSB), Edmilson Rodrigues (prefeito de Belém, PT), Danielle Mitterand (ex-primeira-dama francesa – cuja presença foi bastante contestada), deputada Socorro Gomes (PcdoB, Pará), Clara Charf (PT, viúva de Carlos Marighella), Giulio Girardi (Teólogo da Libertação, Itália), Jean Pierre Page (CGT França), Eddy Giménez Pérez (Universidade La Habana, Cuba), Roberto Romano (Unicamp), Aluísio Beviláqua (Jornal Inverta), José Arbéx Jr. (Caros Amigos), Bruno Maranhão (MLST), Pepe Valenzuela (PC da Catalunia), Rodney Bobwash (comunidades indígenas do Canadá), Osmar (índios do Amazonas), Jonas Gavião (índios do Maranhão), Karitiana (índios de Rondônia), Carlos Rosero (comunidades negras da Colômbia), Nilma Bentes (CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras), Régis (movimento hip hop do Maranhão), Mário Jerri (ABRACO), Rubens Villaverde (PIT/CNT, Uruguai), Julio Puentes (CTA, Argentina), Lujan Barcelar e Avelino Ganzer (CUT), Nicola Nicolosi (CGIL, Itália), Victor Imas (FNC, Paraguai), Alfredo Wagner (antropólogo) e Aluísio Leal (UFPA).

Como toda esta gente palestrando, a programação acabou ficando muito pesada. O problema é que havia sido adotado um formato de "Congresso", de tipo acadêmico, com vários painéis de palestrantes ("verticais") ocorrendo simultaneamente. A imensa maioria dos militantes presentes ao Encontro estava, por sua vez, tendo uma oportunidade aparentemente única: pela primeira vez, poder escutar companheiros de outras regiões e países, trocar idéias, relatar experiências e aprender, mas ... havia tanta coisa para ver e ouvir!

Além disso, os palestrantes apresentavam-se nos painéis em grupos de quatro ou cinco, falando durante horas e deixando pouco tempo para perguntas e, principalmente, debate. Esta situação levou a uma grande crise no segundo dia, com um protesto massivo liderado por anarquistas e punks, seguido de muitas adesões. O "racha" durou mais de um dia, com prolongadas assembléias paralelas. Por fim chegou-se a um acordo e o Encontro foi reunificado com algumas modificações de formato, especialmente a instalação de grupos de discussão mais igualitários. De fato, a organização do Encontro não adotou a metodologia utilizada pelos Zapatistas em 1996, qual seja, dividir os participantes em grandes grupos de, no máximo, 60-70 pessoas, que ficassem convivendo constantemente e debatendo livremente por vários dias.

O conflito verificado ficou mal-resolvido e os reclamantes acabaram influenciando pouco nos rumos e documentos finais do Encontro (ver www.encontroamericano.com.br), mas acredito que aprendemos, todos, uma grande lição: a de que ainda temos que amadurecer muito as relações entre companheiros diferentes mas com fins comuns. Unidade não é Uniformidade. A meu ver, a riqueza dessa experiência, onde avançamos muito, sobrepujou qualquer desestímulo que a forma (equivocada) do Encontro causou, e todos sabemos muito bem o que fazer e o que não fazer em encontros futuros.

O documento que nosso grupo de discussão elaborou, em três dias e duas noites de trabalho intenso, reafirmou a luta de todos contra o capitalismo (particularmente na sua atual vertente "neoliberal"), contra o pagamento da dívida externa, pela autonomia territorial, autodeterminação e autogestão dos povos, pelo fim da biopirataria e dos megaprojetos que agredem o ambiente, pela liberdade total de acesso à informação e às produções culturais de resistência, por qualquer meio possível e pela incorporação individual de valores solidários e atitudes libertárias visando, ultimamente, a emancipação da humanidade. Nossa proposta prática imediata centrava-se na articulação de "redes de comunicação permanentes" entre os movimentos populares ali representados e clamava "pela unidade - não uniformidade - da luta de todos, resgatando a herança de 500 anos de resistência indígena, negra, camponesa e popular, e assumindo a responsabilidade de resgatar e fortalecer um movimento continental calcado neste processo histórico".

Frutos deste importante Encontro ou não, é inegável que, nestes últimos meses, apareceram muitos sinais de crescente mobilização e organização popular na ibero-américa de todos nós: a breve mas intensa revolução indígena e popular no Equador, o impasse armado na Colômbia, as eleições no Chile, a rebelião na Bolívia e a própria mobilização (mal-noticiada pela mídia) dos povos indígenas e movimentos étnicos e populares brasileiros contra a "comemoração" dos 500 anos – incluída aí a flecha de Henrique Ibaday (da tribo Suruí, RO) que ficou apon-tada durante históricos instantes para a cabeça de ACM no Congresso Nacional em 13/04 e a marcha de três mil índios até Porto Seguro. Como todos pudemos assistir, o governo federal e a própria rede Globo recuaram bastante nas comemorações que pretendiam fazer, constrangidos por toda esta resistência que não previram. E a celebração dos 500 anos do Brasil não podia ter sido mais simbólica: o mundo inteiro assistiu pela TV o presidente comemorando em cerimônias sem povo (e sem imprensa), enquanto o povo protestava nas ruas e apanhava da polícia com cassetetes, gás lacrimogêneo e sprays de pimenta nos olhos.

Em que pese o documento oficial final do II Encontro não espelhar (como desejávamos) as divergências internas havidas, era quase consenso que não devíamos

escondê-las debaixo do tapete, mas, sim, trabalhar sobre elas e procurar eliminá-las. Pois, como dissemos na última frase de nosso manifesto ao Encontro, assinado por 28 militantes de seis países diferentes (e citando Lenin): "só a verdade é revolucionária".



N.A.: Gostaria aqui de expressar meu profundo agradecimento à ADUFRGS e à ATEMPA por terem ajudado a financiar meu deslocamento para paragens tão distantes: esta viagem não teria sido possível sem este inestimável apoio (contatos, documentos, dúvidas: quillfe@ufrgs.br).

A frágil democracia brasileira

Excluída do universo de consumo, uma significativa parcela da população manifesta indiferença em relação a valores como a democracia e parece disposta a flertar com saídas autoritárias. Um pesquisador da USP e um professor da Ufrgs analisam esta realidade e alertam para os perigos e desafios na construção de uma cultura política democrática no Brasil.

Pesquisas realizadas pelo Datafolha em 1989 e pela Fundação Perseu Abramo em 1997 serviram de base para um estudo que sustenta a falsidade da idéia de que o jogo político-eleitoral brasileiro tem como alicerce uma cultura política democrática consolidada. Segundo esta premissa equivocada, seria como se depois de concluída a longa transição da ditadura para a democracia, com as diretas em 89, vivêssemos uma democracia política sobre bases firmes de uma cultura política democrática. Fala-se em reforma do sistema político e há vários projetos sobre isso, mas o objetivo da reforma seria fazer ajustes e aperfeiçoamentos em um desenho institucional que, na maior parte das vezes, é considerado como pronto em sua essência. Para Gustavo Venturi, doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, este pressuposto é falso e a cultura democrática brasileira ainda repousa sobre bases frágeis.

Um dos principais fatores que caracterizam esta fragilidade é a fratura social existente no Brasil. Segundo Gustavo Venturi, há uma confluência de pelo menos três elementos que contribuem para tornar óbvia e qual-se obrigatória a centralidade do tema da democracia social na agenda política nacional. Primeiramente, o acúmulo da demanda popular por bens básicos, expressão das carências objetivas que marcam, desde sempre, as condições de existência da maioria dos brasileiros. Em segundo lugar, o fracasso (ou inexistência?) da política social do governo Fernando Henrique. Tendo a própria campanha que o elegeu em 94, com o aceno dos cinco dedos, ajudado a exacerbar as expectativas de avanço no campo social, ele já está na metade do seu segundo mandato com resultados pífios (educação e reforma agrária) ou negativos (emprego, saúde e segurança). Em terceiro lugar, temos a tradição do pensamento político no campo da esquerda, tanto marxista como social-democrata, de conceber a democracia privilegiadamente como realização de justiça social (com ênfase em um Estado dirigente, planejador e compensatório), deixando para segundo plano - e para a tradição política liberal - o tema da liberdade.

Venturi observa que não há consenso na literatura da ciência política contemporânea sobre o peso que o caráter menos ou mais democrático da cultura política popular (em oposição ou em combinação com a vontade das elites dirigentes) desempenha no processo de consolidação da democracia, em sociedades que emergem de regimes autoritários. Mas a polêmica é menor quando se trata de apontar os elementos que definem a cultura política enquanto prenunciadora da estabilidade democrática: (1) interesse por e participação na vida política, (2) adesão a valores democráticos e (3) sentimento de eficácia em relação às instituições. Estes seriam os indi-

cadores básicos para a avaliação da predisposição da opinião pública em sustentar regimes democráticos ou repudiar soluções autoritárias.

Qual democracia queremos?

O interesse em relação aos acontecimentos políticos, a participação em atividades políticas e a adesão a valores democráticos - como o direito de organização e manifestação, a tolerância com minorias, a defesa da liberdade de imprensa e outros - falam por si mesmos, enquanto expressões de uma cultura democrática. O partilhar em algum grau de um sentimento de eficácia das instituições - seja quanto à capacidade de realizarem justiça social, seja enquanto garantia de igualdade perante a lei - constitui um indicador relevante de suporte à democracia tanto pelo evidente apoio direto e presente que pode acarretar, como pelas expectativas que projeta, em termos de aposta futura (ou não) no sistema.

Considerando estas expressões de uma cultura democrática, Gustavo Venturi pergunta: qual a democracia que queremos? Segundo ele, não parece ser casual que a política neoliberal do Estado mínimo, apontando para o desmanche do já precário Estado de bem-estar social existente, venha sendo imposta em combinação com o deslegitimar de interlocutores e lideranças de movimentos sociais e sindicais autônomos e com o reforço ideológico de "saídas" individualistas, em detrimento da organização e solidariedade sociais - "uma obra política em execução ao longo do governo Fernando Henrique que tem estado semi-oculta pelo espetáculo da democracia vigente, meramente representativa". As recentes declarações do presidente da República e de ministros no sentido de reeditar - "com algumas mudanças", a Lei de Segurança Nacional seria um exemplo desta tentativa de deslegitimar e de ameaçar as lideranças dos movimentos sociais.

Mas a esquerda também tem problemas do ponto de vista da construção de uma cultura política democrática, diz Venturi. Ela vem lutando há anos para chegar ao poder. Capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores, observa o pesquisador da USP, acredita ser capaz de corrigir os graves problemas sociais que assolam o Brasil. "Mas, se paralelamente não se recuperar em parte a legitimidade das instituições políticas clássicas (partidos, Congresso, Justiça etc.); sobretudo se não crescer o nível de democracia participativa, seja através do uso freqüente de recursos constitucionalmente previstos, como os referendos e plebiscitos, seja através da invenção de novas instâncias ou instituições que fomentem o desenvolvimento da cidadania (como seria, por exemplo, um orçamento participativo em nível nacional?); enfim, se do governo das esquerdas não resultar um aumento da adesão consciente à democracia, concedida simultaneamente como realização da justiça social e exercício da liberdade, pouco se terá feito".

A condição de realização da desejada democracia social depende, na opinião de Venturi, do grau de radicalidade da democracia política: sem a partilha do exercício do poder, através do fomento e da criação de novos fóruns públicos de participação, as conquistas das políticas públicas no campo social serão sempre incompreensivelmente insatisfatórias, quando não equivocadas, em termos de prioridades, ou mesmo erradas, em direção contrária ao necessário".

O Brasil está vivendo um período de intensa agitação social e de um crescente radicalismo verbal. Greves, passeatas, protestos, bloqueios de estradas, ocupação de terras e de prédios públicos colocam em xeque a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Em resposta, o presidente chama os manifestantes de baderneiros, ameaça com a ruptura institucional e traz ao cenário político a perspectiva de uma nova Lei de Segurança Nacional. Neste contexto de crise política e social, e da próprio fragilidade das instituições públicas, a jovem democracia brasileira encontra-se numa encruzilhada.

Marco Aurélio Weissheimer

As MPs e o poder das corporações

Para Denis Rosenfield, professor do Departamento de Filosofia da Ufrgs, o desinteresse e a indiferença que os jovens demonstram em relação à democracia, e que se alastra para as populações pobres e carentes, pode ter uma de suas causas no modo pelo qual concebemos e praticamos a democracia no país. Esta descrença não deixa de surpreender, admite Rosenfield, "pois apenas há pouco nosso país emergiu de um regime ditatorial e ainda ecoam em nossos ouvidos palavras de ordem como 'Diretas já'". Ninguém pode dizer que o clamor popular não tenha se realizado.

A democracia contemporânea, observa o professor da Ufrgs, nasce de curiosa mistura entre duas doutrinas independentes: a doutrina da igualdade política dos homens na luta pelo poder e a doutrina dos direitos humanos,

baseadas na idéia abstrata da igualdade humana. "Segundo sua concepção política, a democracia se assenta em determinadas regras igualmente válidas para os contendores que disputam o poder. Assim, a regra de eleições periódicas, a igualdade de todos os partidos políticos na disputa, o direito das oposições de continuarem na luta política de modo que possam, numa próxima eleição, chegar ao poder, direito assegurado aos vencedores de decidirem, pelo período estipulado, os destinos da nação e a limitação recíproca dos poderes de Estado. Trata-se de um conjunto de regras que favorece a estabilidade do Estado, de tal modo que a participação política seja regrada e não descambe na violência", diz Rosenfield. A doutrina dos direitos humanos, por sua vez, estipula a igualdade dos homens entre si e uma vida fundada na liberdade. E ele constata: o problema começa já aqui, no momento de determinar em que sentido se tomam a igualdade e a liberdade. Igualdade segundo quais relações ou termos? Liberdade em que sentido, de trabalhar, de vender, de pensar, de se exprimir, de se organizar?

Rosenfield observa ainda que a conjunção operada por essas duas doutrinas redundou numa invenção histórico-política, qual seja a de se exigir da democracia que não se atenha a um conjunto delimitado de regras políticas, fundando-se numa determinada concepção do homem. "Da doutrina dos direitos humanos, por sua vez, foi exigido sair de sua abstração em direção de direitos precisos, como direitos à vida, consubstanciados em direitos sociais como os de educação e saúde públicas, dentro de um regime político que assegure a resolução dos contenciosos políticos pelo uso da palavra". À luz dessas distinções, Rosenfield conclui que, no Brasil, as regras políticas têm sido basicamente seguidas, pois, por exemplo, temos eleições periódicas que asseguram a alternância de poder entre os partidos políticos. "E digo basicamente, pois os partidos políticos

têm a tendência de mudar as regras do jogo uma vez no poder, como foi recentemente o caso da emenda da reeleição. Uma regra da democracia é que não se mudem as regras do jogo jogando".

Déficits da democracia

A fragilidade da nossa democracia começa a ficar mais evidente quando consideramos a perspectiva dos direitos humanos. Neste caso, admite o professor, salta aos olhos a insuficiência de nossas instituições. "Direitos como o de sobrevivência não são assegurados à boa parte de nossa população. Direitos humanos como ao trabalho, à saúde pública, a uma aposentadoria digna tornam-se moeda de troca dos partidos políticos, como se viu na recente discussão sobre o valor do salário mínimo". Sua conclusão é dupla: a democracia, em seu sentido político restrito, existe entre nós, mas não a democracia baseada na doutrina dos direitos humanos. "Se centrarmos a atenção somente na estabilidade econômica ou em promessas repetidas de crescimento econômico, reiteradas todos os anos, e não cumpridas, como atestam os indicadores econômicos, estaremos mantendo o mesmo tipo de relações sociais, com o desrespeito aos direitos humanos que lhe são correspondentes. Os antigos denominavam uma tal separação de dominação oligárquica, a demagogia sendo uma de suas vertentes", conclui Rosenfield.

Além da precariedade dramática no que diz respeito à garantia dos direitos humanos fundamentais para uma grande parcela da população, a democracia brasileira apresenta - pelo menos - dois outros déficits: a relação entre os poderes Executivo e Legislativo vem sendo marcada pelo uso generalizado de medidas provisórias (um instrumento que, originariamente, deveria ser aplicado em situações de urgência). De 1995 a setembro de 1999, FHC emitiu ou reeditou 3.258 MPs, quatro vezes mais do que Sarney, Collor e Itamar juntos, de 1988 ao final de 1994 (Fonte: "Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais", Eli Diniz, Ed. Fundação Getúlio Vargas). O outro déficit está relacionado à atual conjuntura internacional e diz respeito à diminuição da esfera de decisão do Estado nacional. Em 1997, dos 100 maiores orçamentos do mundo, 49 eram de estados nacionais e 51 de corporações. Estes números "sugerem" que os pólos de decisão (os conselhos de administração das grandes corporações, por exemplo) não se submetem ao exercício democrático dos cidadãos. Se é assim, a definição das grandes políticas econômicas e sociais está cada vez mais fora de seu alcance. Somando-se a isso as práticas fisiológicas e corporativistas que caracterizam muitas das negociações parlamentares, cabe perguntar: o que resta de "democrático" nesta democracia?

LE MONDE DIPLOMATIQUE

Com um passado genocida, escravagista, expansionista e colonialista, os Estados Unidos da América do Norte, talvez cansados de sua excessiva brutalidade, aspiram agora a se instalar pacificamente em nossos cérebros e seduzir nossos corações

Dominar corações e mentes

LE MONDE
diplomatiqueAD
VERSO

Ignacio Ramonet*

Os colonizados e seus opressores sabem que a relação de dominação não se baseia apenas na supremacia da força. Passado o tempo da conquista, soa a hora de controlar

as mentes. A dominação é mais eficaz se o dominado ficar inconsciente. Justamente por isso é que o grande desafio que se coloca à duração de um império consiste, a longo prazo, em sua capacidade de domesticar as mentes.

Com um passado genocida (contra os índios), escravagista (contra os negros), expansionista (contra os mexicanos) e colonialista (contra os porto-riquenhos), os Estados Unidos da América do Norte, talvez cansados de sua excessiva brutalidade, aspiram agora a se instalar pacificamente nos cérebros de todos os não-americanos e seduzir seus corações.

Curiosamente, foi na tradicional Europa ocidental que esse projeto imperial encontrou menos resistência. Há, em primeiro lugar, razões políticas para isso: os Estados Unidos nasceram da primeira revolução democrática, a de 1776, treze anos antes da revolução francesa. Há também razões históricas: nenhum Estado europeu – com exceção da Inglaterra, no século XVI-II, e da Espanha, no final do século XIX – teve os norte-americanos como inimigos. Pelo contrário, como "país da liberdade", os Estados Unidos acolheram milhões de refugiados e exilados europeus; e, por ocasião das duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) comportaram-se como amigos do Velho Continente, intervindo, de forma decisiva, em favor da liberdade e contra as potências militaristas ou fascistas.

Hegemonia militar incontestável

Em 1989-1991, os Estados Unidos ganharam a guerra fria por nocaute frente à União Soviética, arrastando a queda do Muro de Berlim e, na sequência, a democratização dos regimes da Europa central e oriental.

No plano geopolítico, os Estados Unidos encontram-se numa situação de hegemonia jamais conhecida por outro país. Do ponto de vista militar, sua força é esmagadora. Não só são a principal potência nuclear e espacial, como também marítima. São o único país a possuir uma frota de guerra em cada um dos oceanos e em cada um dos principais braços de mar do globo. E dispõem de bases militares, de reabastecimento e de escuta em todos os continentes.

O Pentágono tem gastos, a título de pesquisa militar, da ordem de 31 bilhões de dólares, o equivalente ao orçamento total da Defesa na França. Em matéria de armamento, está várias gerações à frente. As forças armadas norte-americanas (1,4 milhão de soldados) têm condições de identificar, seguir e escutar o que quer que seja – no ar, em terra ou debaixo d'água. Podem ver praticamente tudo sem serem vistas e, mesmo sem estarem sob ameaça, podem destruir qualquer alvo, de dia ou de noite, com extrema precisão.¹

Regente da política internacional

Além disso, Washington dispõe de uma impressionante variedade de agências de informações – Central Intelligence Agency (CIA), National Security Agency

(NSA), National Reconnaissance Office (NRO), Defense Intelligence Agency (DIA) – que empregam mais de 200 mil pessoas e cujo orçamento supera 23 bilhões de dólares. Seus espões estão presentes o tempo todo e por toda a parte. Espionando amigos e inimigos. Roubam segredos diplomáticos, militares, industriais, tecnológicos e científicos.

No que se refere a relações exteriores, a hiperpotência norte-americana rege a política internacional. E acompanha as crises em todos os continentes. Pois tem interesses por toda a parte e é o único país com poder de agir, entre todos os que compõem o tabuleiro de xadrez da geopolítica mundial: do Oriente Médio ao Kosovo, de Timor a Taiwan, do Paquistão ao Cáucaso, do Congo a Angola, de Cuba à Colômbia.

O peso de Washington é igualmente decisivo dentro das instâncias multilaterais cujas opções determinam os destinos do mundo:

Organização das Nações

Unidas (ONU), G7

(grupo dos sete países mais industrializados),



Mario Guerreiro

Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) etc.

O domínio na área científica

Mas como a superioridade de um império, no contexto contemporâneo, não se mede apenas pelos trunfos militares e diplomáticos, os Estados Unidos também garantiram o domínio na área científica. A cada ano, sugam, como uma bomba, dezenas de milhares de cérebros (estudantes, pesquisadores, graduados) do resto do mundo, que vêm para suas universidades,

seus laboratórios, suas empresas. Isto permitiu-lhes, nos últimos dez anos, abocanhar o prêmio Nobel de Física (19 de um total de 26), de Medicina (17 entre 24) e de Química (13 entre 22).

Também no que se refere às redes econômicas, os Estados Unidos exercem uma supremacia indiscutível. O seu Produto Interno Bruto foi, em 1999, de 8,7 trilhões de dólares (uma cifra mais de seis vezes superior àquela da França). O rei-dólar permanece a moeda suprema; em 83% das transações de divisas, o dólar é uma das moedas negociadas.² A Bolsa de Nova York constitui o barômetro financeiro universal e seus soluços, tais como os do índice Nasdaq no mês de abril, fazem tremer o planeta. Finalmente, há ainda o enorme peso dos fundos de pensão norte-americanos – mastodontes que reinam sobre os mercados financeiros –, que intimidam todos os atores da esfera econômica mundial.

A "dominação carismática"

Os Estados Unidos também são a primeira ciberpotência. Dominam todas as inovações tecnológicas, as indústrias digitais, extensões e projeções (materiais ou imateriais) de toda a ordem. É o país da Web, das infovias, da "nova economia", dos gigantes da informática (Microsoft, IBM, Intel) e dos campeões da Internet (Yahoo, Amazon, America On Line).

E por que uma tão esmagadora supremacia militar, diplomática, econômica e tecnológica não suscita um maior número de críticas ou de resistências? Porque, além do mais, os Estados Unidos da América do Norte exercem uma hegemonia no campo cultural e ideológico. Detêm o domínio do simbólico – o que lhes permite acesso ao que Max Weber chama de "dominação carismática".

O vocabulário, os conceitos e o sentido

Em inúmeros setores, os Estados Unidos asseguraram o controle do vocabulário, dos conceitos e do sentido.

Em caso de necessidade, obrigam a que o problema criado por eles seja relatado numa linguagem que eles próprios propõem. Forne-

cem códigos que permitem resolver enigmas que eles próprios impõem. E, para fazê-lo, dispõem de grande quantidade de instituições de pesquisa e de "reservatórios de idéias" (*think tanks*) que contam com a colaboração de milhares de analistas e especialistas, que produzem informação sobre questões jurídicas, sociais e econômicas numa perspectiva favorável às teses neoliberais, à globalização e ao mundo de negócios. O fruto de seu trabalho, generosamente financiado, é repassado aos meios de comunicação e difundido em escala mundial.³

Os principais fabricantes desta persuasão clandestina

– o Manhattan Institute, a Brookings Institution, a Heritage Foundation, o American Enterprise Institut, o Cato Institut – não hesitam em convidar para seus seminários e debates, de forma generosa e maciça, jornalistas, professores, administradores públicos, dirigentes que, posteriormente, irão se encarregar de disseminar a boa nova.

Cavalos de Tróia do senhor

Apoiados no poder da informação e das tecnologias, os Estados Unidos conseguem estabelecer, com a cumplicidade passiva dos dominados, aquilo que se poderia chamar uma opressão simpática, ou um delicioso despotismo. Principalmente quando esse poder exerce, simultaneamente, o controle sobre as indústrias culturais e o domínio sobre o nosso imaginário.

Os Estados Unidos povoam nossas mentes com uma multidão de heróis da mídia. Cavalos de Tróia do senhor na intimidade de nossos cérebros. Ao mesmo tempo que não compram senão 1% dos filmes no exterior, inundam o mundo inteiro com as produções de Hollywood. E tele-filmes, desenhos animados, video-clipes, histórias em quadrinhos etc. Isso, sem falar nos modelos de roupas, urbanísticos ou culinários.

O templo, lugar sagrado onde são cultuados os no-

vos ícones, é o *shopping center*, catedral erigida à glória de todo o consumo. Nesses lugares de fervor, elabora-se através do planeta uma sensibilidade fabricada por logotipos, por *stars*, por canções, por ídolos, por marcas, por objetos, por cartazes, por festas (cf. a crescente divulgação, pelos meios de comunicação, do *halloween*).

Tudo isso acompanhado por uma retórica sedutora de liberdade de escolha e de liberdade de consumo. E martelado por uma publicidade obsessiva e onipresente (as despesas com publicidade chegam a mais de 200 bilhões de dólares por ano, nos Estados Unidos!) que se dirige tanto aos símbolos quanto aos bens.⁴ O *marketing* tornou-se tão sofisticado que aspira a vender, não uma marca, mas uma identidade; não um traço social, mas uma personalidade. Sempre segundo o princípio: ter é ser.

O grito de alerta de Huxley

Portanto, é urgente lembrar o grito de alerta lançado por Aldous Huxley em 1931: "Numa época de tecnologia avançada, o maior perigo para as idéias, para a cultura e para o espírito pode mais facilmente vir de um inimigo sorridente que de um adversário que inspira o terror e o ódio."

Senhor dos símbolos, o império norte-americano nos é apresentado com a aparência sedutora dos encantadores de sempre. São propostas atividades de lazer para dar e vender, diversões a granel, docerias para os olhos. O império já não procura obter nossa submissão pela força, mas pelo encantamento, não atendendo a uma ordem, mas por nosso próprio consentimento. Não pela ameaça de punição, mas apostando em nossa sede de prazer. Por nossa iniciativa, esse novo hipnotizador penetra em nosso pensamento e ali enxerta idéias que não são nossas. Para melhor nos subjugar, nos escravizar e nos domesticar.

Traduzido por Jô Amado

* Editor do Le Monde Diplomatique.

1 Le Nouvel Observateur, Paris, 3 de junho de 1999.

2 Cf. Peter Gowan, "Le régime dollar-Wall Street d'hégémonie mondiale", in Actuel Marx, n° 27, edição especial consagrada a "L'hégémonie américaine", datada do primeiro semestre de 2000, ed. PUF, Paris.

3 Ler, de Herbert I. Schiller, "La Fabrique des maîtres. Dérégulation à l'américaine", Le Monde Diplomatique, agosto de 1998.

4 Ler, de Benjamin R. Barber, "Culture McWorld contre démocratie", Le Monde Diplomatique, agosto de 1998.

Félix H. D. González - professor da Ufrgs

Narcotráfico na Colômbia: mais argumentos a favor da intervenção

A morte ou prisão dos principais chefões colombianos do narcotráfico e com elas o desabamento dos cartéis de Cali e Medellín levaram a uma diminuição de manchetes nos jornais internacionais sobre o tráfico na Colômbia. Adiciona-se a isto o fato de o movimento guerrilheiro ocupar espaços cada vez maiores na mídia em função de sua tática de estabelecer mesa de diálogo com o governo de Pastrana, lançar o Movimento Bolivariano por uma Nova Colômbia, que pretende ser o braço político das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e ainda continuar em combates contra o exército e os paramilitares.

A realidade é que a indústria do narcotráfico não somente continua nesse ensanguentado país como atinge um novo estágio. Nos últimos anos, a política dos Estados Unidos com relação ao narcotráfico foi atacar os produtores de matéria prima das drogas, fundamentalmente camponeses pobres do Peru e da Bolívia. Com o aval dos governos locais e o apoio logístico e militar americano, os cultivos de coca foram reduzidos em mais de 50% nesses países. Com isto, a produção de folha de coca sofreu um deslocamento dos Andes peruanos e bolivianos para a Colômbia, de forma que este país tem hoje a maior área cultivada do mundo, crescendo de 50.000 Ha em 1996 para 103.000 Ha neste ano. Além do cultivo de coca, a papoula para produção de heroína vem crescendo nos campos colombianos a um ritmo de 12% anual desde 1994, em função da maior rentabilidade da heroína no mercado internacional. Hoje, o mercado de heroína nos EUA está quase totalmente controlado por máfias colombianas, depois de acordos de distribuição com as máfias do Triângulo de Ouro (Laos, Myanmar e Tailândia) e da Meia Lua (Paquistão, Irã e Afeganistão) que permite a estas ficar com o mercado europeu.

Dados da DEA (agência americana de combate às drogas) revelam que a Colômbia produziu no ano passado 550 toneladas de cocaína pura, 90% da qual foram para os Estados Unidos. Em 1990, a própria DEA afirmou que tinham entrado 65 toneladas. Investigações da DEA analisando 1.900 amostras de cocaína ao longo

dos EUA mostraram que 98,4% delas provinham da Colômbia. Esse número em 1998 era de 55%.

A desarticulação dos cartéis colombianos da droga levou a mudanças na estratégia dos traficantes. Foram abertas rotas novas (Brasil, México) e reabertas outras que tinham sido dispensadas no passado (Caribe). Neste processo, máfias de traficantes mexicanos assumem importância na distribuição da droga dentro dos EUA. Oficiais colombianos antidrogas afirmaram à revista "Semana" (Bogotá, 12 maio 2000) que os carregamentos de drogas desde Colômbia agora têm vários donos que dividem perdas e ganhos das operações e que impede que um único capo possa ser identificado. Estima-se que existam 80 organizações exportadoras de cocaína e heroína e haveria mais de 20 em processo de consolidação.

Os traficantes colombianos da nova geração adotam atitudes bem diferentes dos velhos capos. A maioria deles não reside na Colômbia e são mais cuidadosos nos seus investimentos para não levantar suspeitas das autoridades. Agora não compram mais à vista embora tenham dinheiro suficiente, abrem créditos, não compram grandes extensões de terra, não ostentam carros luxuosos e têm um perfil de comerciante e não de pecuarista com muitas terras e gado, como faziam os capos da geração anterior, os quais chegaram a possuir 4,4 milhões de hectares de terra. Segundo o escritório das Nações Unidas para a fiscalização internacional de drogas, calcula-se que os capos colombianos tenham 10 bilhões de dólares de ativos no exterior, sendo os países preferidos para investimento o Equador, o Brasil e a Argentina. O Brasil estaria também sendo mais usado como ponte para enviar droga à Europa via Nigéria. Os investimentos na Colômbia diminuíram sensivelmente pela perseguição das autoridades, pela recessão da economia e pelo maior rigor das leis por enriquecimento ilícito e extinção de domínio.

Os anteriores fatos levaram ao diretor da DEA, Donnie Marshall, a declarar na Cúpula Mundial Antidrogas realizada em Buenos Aires em abril deste ano que, para os EUA, a Colômbia é o principal protagonista do

narcotráfico. Com base nessa preocupação, os EUA vêm ampliando a ajuda econômica, logística e militar para a Colômbia. Assim, recentemente foi aprovada uma ajuda de 1,7 bilhão de dólares dentro do chamado "Plano Colômbia". Essa ajuda torna este país o 3º maior receptor de ajuda norte-americana, depois de Israel e Egito.

Narcotráfico e guerrilha são dois elementos que os EUA argumentam para justificar uma intervenção na Colômbia. Para os EUA, a guerrilha colombiana se beneficia e até participa do negócio do narcotráfico, fato que é negado sistematicamente pelo movimento insurgente. Para as FARC, o Plano Colômbia é uma criminal estratégia dos EUA para "jogar mais gasolina no conflito interno". De fato, o narcotráfico e o terrorismo substituíram o comunismo internacional como o grande inimigo dos EUA e a Colômbia é alvo prioritário nesse contexto.



“Na resistência habita a esperança”

Mais de 25 mil pessoas já "baixaram", gratuitamente, pela Internet, o novo livro do escritor argentino Ernesto Sábato, 88 anos. *La Resistencia* esteve à disposição na rede até o último dia 23 e é o primeiro livro de um grande autor argentino lançado na Web. Trata-se de uma espécie de carta aberta com uma "mensagem de esperança que resgata o valor das pequenas coisas e convida a refletir sobre o sentido da vida", conforme anuncia o jornal Clarín Digital (www.clarin.com.ar) em sua edição do dia 19, que disponibilizou a obra. No texto, o autor de *Sobre Heróis e Tumbas* trata da necessidade da esperança nos dias atuais e prega a resistência contra o ceticismo e a necessidade das coisas simples, das lembranças, da vida provinciana, mesmo em tempos de globalização. Em entrevista ao Clarín, o autor deu uma idéia do que trata em seu novo texto. Confira alguns trechos da entrevista:

Tecnologia – "Este fato da globalização, que tanta amargura me tem trazido, tem sua contrapartida. O importante são os valores que nos vigoram, são os valores que presidem as grandes decisões. A leitura é um valor espiritual. O importante é resistir. Simplesmente, não temos que permitir que nada (tampouco a tecnologia) nos desperdice a graça dos pequenos momentos de liberdade que podemos gozar: uma mesa que compartilhamos com gente que queremos, uma caminhada entre árvores, a gratuidade de um abraço."

Memórias – "Me recordo quando me perseguiam por comunista durante a ditadura de Uriburu. Me recordo de Oscar Domínguez, um pintor que conheci em Paris e que cada vez que me via me convidava a suicidar-me junto com ele..."

Esperança – "Fundamentalmente sou um ser esperançado. Só a esperança nos fará livres. Não sou um cético. Acusam-me de cético, não é assim. Acho que o decisivo é não crer que tudo continuará igual. O que é



Eugene Delacroix / Detalhe de "A liberdade guiando o povo"

apocalíptico é viver em um tonel de diversões vãs, como se vive agora, como se não houvesse futuro."

Resistência – "Na resistência habita a esperança. A esperança é insensata - e agrega em um resplendor. Há multidões de seres humanos que trabalham por algo e seguem à espera como sentinelas. Depois está a arte. A arte salva. A pintura me salvou. Eu levei a pintura muito profundamente em mim. Recordo-me que meu irmão Pancho me trazia pinturas, uns lápis de cores das tiendas Blanco y Negro. E eu, de barriga contra o piso, desenhava e pintava. Muitíssimos anos depois, voltei à pintura (minhas profundas dificuldades com a vista me impediram de seguir escrevendo) e foi então

que a pintura me salvou a vida. Conheci pintores analfabetos, mas geniais. Porque para pintar tem que sentir..."

Ateísmo – "Esse é maior de todos os problemas. Sempre estive cercado do socialismo, do anarquismo, mas não por isso me sentia perto desses ateus de arrabalde, não digo arrabalde no sentido pejorativo, não? Não creio no ateísmo simplista. Ainda assim creio nas verdades simples."

Futuro – "Tenho visto muitas coisas em minha longa vida, e passei muitíssimos perigos, mas também tive muitíssima sorte, porque estou vivo. Por isso, creio que há momentos decisivos na vida dos povos e dos homens. Estamos atravessando um desses com todos os perigos que já sabemos, mas toda desgraça tem também seu fruto, se o homem é capaz de suportar o infortúnio com grandeza."

Pintura – (Sobre sua visita a uma penitenciária de mulheres, em princípios de abril) "Havia mulheres que haviam pintado quadros. Pintavam e estavam no cárcere. Os presos são seres humanos. Há os que esquecem essa verdade elementar. Não se pode esquecê-la nenhum instante. Ademais, algumas dessas mulheres têm filhos. Dão-me uma profunda pena. Olhei os carcereiros e disse-lhes: 'Cuidem-nas. Cuidem-nas'.

Uma delas, a que havia feito uma serigrafia, me pediu que assinasse seu quadro. Disse-lhe que a pintura era dela e que ela deveria assiná-la. No fim, decidimos assinar os dois, e assim ficou seu quadro, com sua assinatura e com a minha. Depois me comprometi a presentear as internas com um de meus quadros. Se alvoroçaram, me apertaram as mãos. Temos que cuidá-las. Temos que cuidar dessa pobre gente."

Liberdade – "Desde jovem vivi o afundamento da liberdade. Passei momentos de angústia sem saber o que fazer, sem compreender o que resultaria de uma eleição. (...) Todos elegem a cada momento. Viver é tomar decisões sem descanso."

Trechos de La Resistencia

"Há dias em que me levanto com uma esperança demencial, momentos em que sinto que as possibilidades de uma vida mais humana estão ao alcance de nossas mãos. Este é um desses dias. E então, me pus a escrever até a madrugada, com urgência, como quem sai à rua a pedir ajuda ante a ameaça de um incêndio, ou como um barco que, a ponto de desaparecer, faz um último e efervescente sinal a um porto que está perto mas ensurdecido pelo ruído da cidade e pela quantidade de letreiros que lhe turvam o olhar.

Todavia podemos aspirar à grandeza. Peço-nos essa coragem. Todos, vez ou outra, nos duplicamos. Mas há algo que nos falha e é a convicção de que - unicamente - os valores do espírito nos podem salvar deste terremoto que ameaça à condição humana.

(...) Uma exposição "virtual" que me mostraram existir em um computador. Devo reconhecer que me pareceu coisa de mandinga, porque à medida que nos relacionamos de maneira abstrata mais nos distanciamos do coração das coisas e uma indiferença metafísica se adona de nós, assim tomam poder entidades sem sangue nem nomes próprios. Tragicamente, o homem está perdendo o diálogo com os demais e o reconhecimento do mundo que o rodeia, sendo que é ali onde se dá o encontro, a possibilidade do amor, os gestos supremos da vida."

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		CNPJ-MF Nº 90.757.904/0001-84	ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - 2000		FOLHA 2
BALANÇETES - VALORES MENSAIS - 2000					
RUBRICAS / MESES		MAR			
ATIVO		1.318.345,72			
FINANCEIRO		1.094.268,09			
DISPONIVEL		931.789,91			
CAIXA		4.164,57			
BANCOS		9.013,42			
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA		918.611,92			
REALIZÁVEL		162.476,19			
CRÉDITOS A REALIZAR		162.476,18			
DEVEDORES		11.222,35			
CRÉDITOS A RECUPERAR		146.467,22			
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		2.467,78			
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER		318,83			
ATIVO PERMANENTE		222.079,63			
IMOBILIZADO		219.807,29			
BENS MÓVEIS		67.452,00			
BENS IMÓVEIS		187.187,83			
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS		45.032,54			
DIFERIDO		2.472,34			
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS		2.796,88			
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		326,64			
PASSIVO		1.256.536,61			
PASSIVO FINANCEIRO		208.793,19			
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		201.985,90			
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS		892,44			
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		142,55			
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		1.904,88			
CRÉDITOS DIVERSOS		199.026,22			
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS		6.827,29			
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL		6.827,29			
SALDO PATRIMONIAL		1.047.743,42			
ATIVO LÍQUIDO REAL		806.850,40			
RESERVAS					
SUPERÁVIT ACUMULADO		438.793,02			

RUBRICAS / MESES		MAR	ACUMULADO
RECEITAS		77.144,53	232.695,71
RECEITAS CORRENTES		64.240,04	194.420,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		64.240,04	194.420,82
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS			
RECEITA CVENDA DE MATERIAIS			
RECEITAS PATRIMONIAIS		12.404,49	36.074,23
RECEITAS FINANCEIRAS		12.404,49	35.474,23
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS			600,00
OUTRAS RECEITAS		500,00	2.200,86
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS			1.350,86
OUTRAS RECEITAS		500,00	850,00
DESPESAS		53.469,66	172.886,60
DESPESAS CORRENTES		53.469,66	172.886,60
DESPESAS COM CUSTEIO		20.415,96	57.289,22
DESPESAS COM PESSOAL		9.790,49	25.246,62
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS		5.489,49	17.387,3
DESPESAS DE EXPEDIENTE		2.884,34	7.585,33
DESPESAS CAMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS		482,72	2.268,18
DESPESAS LEGAIS		187,60	267,20
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO		224,91	622,62
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		1.163,88	3.491,43
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO		178,53	405,53
ENCARGOS FINANCEIROS		4,00	12,00
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO			
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS		15.874,70	63.621,38
DESPESAS COM PESSOAL			386,00
DESPESAS COM VEICULAÇÃO			10.301,80
DESPESAS COM VIAGENS		4.324,70	28.405,25
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS		50,00	140,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA		100,00	5.111,24
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES		11.400,00	18.612,74
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS			354,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		17.179,00	51.979,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES		13.993,00	42.336,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT		3.186,00	9.843,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS		23.674,87	59.809,11
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO		59.809,11	59.809,11

Carlos Schmidt
presidente da Adufrgs

Nino H. F. Silva
contador responsável



Zilá Bernd - PPG Letras Ufrgs / Presidente da Abecan

Dia do Canadá e literatura canadense

No dia 28 de junho, estará sendo lançado o volume coletivo intitulado *Fronteiras, passagens e paisagens na Literatura Canadense*, organizado por Maria Bernadette

Porto, professora da Universidade Federal Fluminense e coordenadora do Núcleo de Estudos Canadenses daquela universidade. O livro, que é editado pela EDUFF, com o apoio da ABECAN (Associação Brasileira de Estudos Canadenses), "privilegia as noções de fronteira, passagem e paisagem como conceitos operatórios que permitem ler e revisitar as Américas, oferecendo pistas de acesso à produção literária do Canadá a partir da análise de textos significativos em que se delineiam os vínculos entre o espaço e a construção de identidades plurais", conforme explica a editora do coletivo.

Os dez artigos de autoria de ensaístas brasileiros e canadenses extrapolam o espaço canadense, contemplando aspectos relevantes presentes nas reflexões atuais sobre as culturas híbridas, a transcultura, as travessias identitárias, a representação do feminino destituído do cunho essencializante e a questão da origem, vista como lugar passível de ser deslocado e reinventado, como complementa a professora e crítica literária Maria Bernadette Porto, cujo trabalho vem contribuindo de maneira substantiva para tornar visível no Brasil as literaturas canadenses de língua francesa e inglesa.

O primeiro ensaio, de autoria do sociólogo Gérard Bouchard, intitulado "Literatura e cultura nacional do Quebec: a clivagem entre cultura erudita e cultura popular", fornece elementos preciosos para a compreensão do imaginário e da identidade quebequenses graças à apropriação do espaço realizada

no interior desta comunidade. Outro interessante e original ensaio, destacando a realidade da província francófona do Quebec é de autoria da ensaísta e ficcionista Lori Saint-Martin, que leva o original título de "Puro poliéster", numa alusão bem humorada à fórmula identitária "pura lã (pure laine)" utilizada pelos quebequenses em relação aos "québécois de souche", isto é, aos quebequenses com raízes em várias gerações, em oposição aos imigrantes, chegados nas últimas décadas e que são chamados de "néo-québécois". Outros ensaios são assinados por pesquisadoras brasileiras como Sigrid Renaux (UFPR), Sandra R. G. de Almeida (UFMG) e Eloína Prati dos Santos (UFRGS), que percorrem a literatura canadense de língua inglesa, através do estudo de autores como Sinclair Ross, Susanna Moodie e Margaret Atwood.

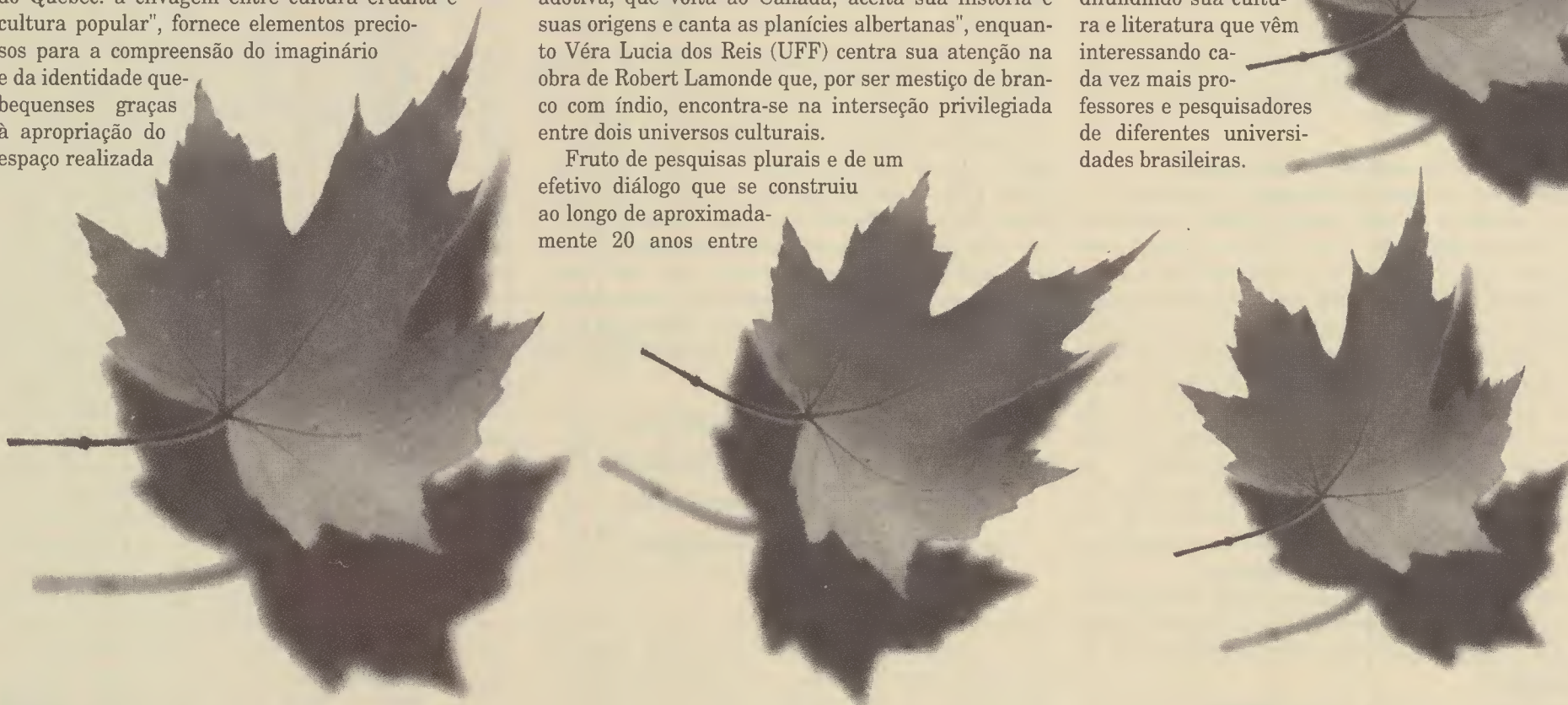
Os demais artigos centram-se na literatura do Quebec, enfocada através de revalorizantes perspectivas comparatistas, estabelecendo salutar diálogo literário interamericano, como é o caso do artigo de Maria Bernadette Porto, que se detém nas "Mutações e (i)migrações no espaço quebequense", de Eurídice Figueiredo (UFF), cujo enfoque privilegia autores e temas brasileiros presentes na literatura contemporânea do Quebec, e de Zilá Bernd (UFRGS) cuja leitura aproxima um autor do Quebec, Noël Audet, do brasileiro Mário de Andrade, destacando as deambulações dos personagens dos dois autores como metáfora de busca identitária. Nubia J. Hanciau (FURG) apresenta aos leitores a vigorosa escritura feminista de Nancy Huston, em artigo intitulado "Nancy Huston, uma francesa adotiva, que volta ao Canadá, aceita sua história e suas origens e canta as planícies albertanas", enquanto Véra Lucia dos Reis (UFF) centra sua atenção na obra de Robert Lamonde que, por ser mestiço de branco com índio, encontra-se na interseção privilegiada entre dois universos culturais.

Fruto de pesquisas plurais e de um efetivo diálogo que se construiu ao longo de aproximadamente 20 anos entre

pesquisadores brasileiros e canadenses, a obra dá ao leitor um excelente panorama da diversidade da literatura canadense atual, incitando-o à leitura das obras literárias que os diferentes ensaios exploram.

A obra será lançada ao mesmo tempo em que se comemora a data nacional do Canadá (*Canada Day ou Fête du Canada*), festejada em 1º de julho. Nesse dia, no ano de 1867, o Canadá se torna uma nação através da Confederação das diversas províncias. À época, a população era de aproximadamente três milhões de habitantes e apesar das divergências entre os franco-canadenses (aproximadamente um milhão) e cidadãos de origem britânica (dois milhões), a Confederação era a prova de que as divergências poderiam ser superadas.

Com o lançamento de *Fronteiras, passagens e paisagens na Literatura Canadense*, dia 28 de junho às 19h, no restaurante Birra & Pasta do Shopping Praia de Belas, quer-se homenagear a data nacional do Canadá, difundindo sua cultura e literatura que vêm interessando cada vez mais professores e pesquisadores de diferentes universidades brasileiras.



ORELHA



A confissão do espelho
Waldomiro Manfro
A bipolaridade política do Rio Grande do Sul na primeira metade do século, retratada a partir da ótica de um jovem militante. Seus conflitos mostram uma pessoa dividida entre a causa política e um amor platônico. Editora Movimento. 137 p.




Fronteiras, passagens, paisagens na literatura canadense
Maria Bernadette Porto (org.)
Oferece pistas de acesso à produção literária do Canadá a partir da análise de textos significativos em que se delineiam os vínculos entre o espaço e a construção de identidades plurais. Editora da Universidade Federal Fluminense. 274p.




Beco dos gatos
Jéferson Assunção
Livro infanto-juvenil que mostra como um bando de gatinhos abandonados faz para sobreviver, e narra uma aventura para retomar o beco quentinho de onde foram expulsos. WS Editor. 62p.

WWW

Conjuntura

 www.emtemporeal.com.br
Portal de notícias sobre a conjuntura nacional, com matérias de economia, política e Internet. Entrevistas, matérias especiais e colunas de analistas políticos completam o sítio.

Imprensa

 www.clubedanoticia.org.br
Sítio de análise da imprensa mantido pela Ong Clube da Notícia. Enquetes e um fórum de debates também podem ser acessados.

Crise nos ares

Os Sindicatos Nacionais dos Aeronautas (tripulantes de aeronaves) e dos Aeroviários (trabalhadores de terra) entraram com uma ação no Congresso Nacional, denunciando a crise na aviação civil brasileira. Mais de quatro mil trabalhadores foram demitidos desde a desvalorização cambial ocorrida no ano passado. A falência iminente da Vasp, com o cancelamento de suas linhas internacionais, e a fusão entre a Tam e a Transbrasil agravaram a necessidade de debate sobre o assunto.

A presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio, explica por que é preciso uma definição de políticas públicas de proteção à aviação civil no País.

Gil Cafrune Gosch



Graziella: "como é possível trabalhar com esse grau de insatisfação?"

AD **verso** O que os sindicatos estão preparando para a aviação civil?

Graziella Baggio - Desde meados de 1999, estamos propondo a criação de um fórum com objetivo específico de fazer um diagnóstico do setor e, a partir dele, discutir definitivamente uma política de aviação nacional. O que vimos na última década foi uma grande liberalização, que abriu demais os mercados através de acordos bilaterais. Porém, sem discutir as questões estruturais da aviação, ficamos em condição desprivilegiada diante das empresas estrangeiras que atuam no mercado brasileiro. Nosso objetivo é debater questões de competitividade, como tarifas aeroportuárias, preço de combustíveis, taxas de financiamento, manutenção e importação de peças e taxas de leasing na compra das aeronaves. Na aviação isso significa eficiência, segurança e preços mais baixos nas tarifas.

Adverso - A crise no setor iniciou quando?

Graziella - Na metade do ano passado, já alertávamos para a iminência de uma crise irreversível, caso o debate de uma política para o setor não fosse antecipado. Embora entendendo que esse era o caminho, o apoio das empresas foi muito tímido. Hoje, temos como consequência o caso da Vasp, uma empresa de seis décadas que está perdendo todo o seu patrimônio, da Transbrasil, que reduziu ainda mais o número dos seus aviões, e da própria Varig, como indica o seu balanço. A crise afetou a todos, porque não houve essa discussão. Encaminhamos algumas propostas à Câmara Federal e ao Senado. Temos esperança de que os parlamentares tenham sensibilidade para discuti-las, sob pena de termos uma ocupação dos céus brasileiros por empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas.

Adverso - Quem determina as tarifas aeroportuárias e o preço dos combustíveis é o governo. Então quem é culpado por essa crise? O governo ou as empresas?

Graziella - Os dois têm uma parcela de culpa. O governo, porque deixou a situação chegar onde chegou. O código brasileiro aeronáutico foi criado pelo Departamento de Aviação Civil (DAC) para que a fiscalização fosse feita, não permitindo que as empresas brasileiras chegassem onde estão. O governo é um dos maiores culpados porque tinha mecanismos para evitar os problemas e não evitou. Obviamente que os empresários também têm sua parcela de responsabilidade, porque não se modernizaram. Eles não abrem essa caixa-preta chamada aviação, sob argumento de sigilo estratégico. E não querem discutir abertamente o assunto.

Adverso - Frente aos problemas, a aviação civil brasileira pode crescer?

Graziella - Estima-se que o potencial de crescimento

será de 10% neste ano - o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) está previsto para 4%. A partir do momento em que se estabelecer condições de competitividade às empresas nacionais, esse crescimento pode ser muito maior. Hoje, apenas 2% ou 3% da população utilizam o transporte aéreo. É óbvio que a economia do país não permite um número maior de passageiros nos vôos, porque a crise atinge a todos. Se fosse estabelecida uma política e uma agenda de debates teríamos condições de ter preços de passagens muito mais baratos, com eficiência e segurança. Com isso, o percentual de usuários do serviço aéreo chegaria a 3% ou 4%, permitindo a duplicação das empresas. O país é muito grande e nós temos deficiência nos transportes ferroviário, rodoviário, e nas estradas. Existem lugares no Brasil que só são atingidos por avião. Dentro desse quadro, é incrível que o governo não tenha sensibilidade para a integração nacional. Aqueles que estão em regiões onde as empresas não têm interesse em operar, estão sendo discriminados. Eles não estão tendo acesso ao transporte rodoviário, ao ferroviário nem ao aéreo. Tínhamos quatro empresas de grande porte saindo para um mesmo destino, no mesmo horário, nos mesmos dias. Isso ocorria na última década com uma demanda totalmente fria até a crise. Era líquido e certo que as empresas não iriam suportar, porque todos seus custos são em dólar. Só

“ Corremos o risco de uma ocupação dos céus brasileiros por empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas ”

o salário dos trabalhadores não é em dólar. Poderíamos ter uma política que observasse a integração nacional e que estimulasse o turismo nesse país maravilhoso. A Espanha é um exemplo de como isso pode ser feito, pois sua economia é basicamente regida por este tipo de atividade. Isso num país que tem um território muito pequeno. E nós, que temos um país com estas dimensões e com o potencial turístico que tem, não investimos no setor.

Adverso - Podemos dizer que o espaço que poderia ser ocupado pelas empresas nacionais vai acabar sendo tomado pelas empresas de fora?

Graziella - Eu não tenho dúvidas disso. Se o governo não tomar uma decisão rapidamente, vamos ter esse cenário. Hoje já o temos através do acordo bilateral Brasil-Estados Unidos. Ele prevê que, para cada vôo de uma empresa brasileira para os Estados Unidos, tenha um vôo de uma americana para o Brasil. E vice-versa.

Atualmente temos 105 frequências de vôos para os Estados Unidos, mas as empresas brasileiras só estão ocupando 50. Isso porque elas não têm condições de arcar com os custos de mais viagens. Nosso custo total é muito superior ao das empresas norte-americanas. Elas podem, por exemplo, vir para cá dando passagem de graça, porque agüentam. O Brasil representa apenas 1,5% ou 2% da sua receita.

Adverso - Como os aeronautas estão encarando essa ameaça de desemprego?

Graziella - Eu particularmente acho que isso já está nas vias do absurdo, por se tratar de um setor estratégico e de interesse da soberania nacional. É evidente que os trabalhadores estão sofrendo, como sempre aconteceu. As crises no setor são históricas e ocorrem a cada dois ou três anos. São sempre os trabalhadores que pagam a conta. As milhares de demissões que o governo vai acumular não vão ser facilmente absorvidas, por causa do tipo de mão-de-obra especializada. E, com a crise do mercado, outras empresas não têm condições de contratar mais gente.

Adverso - Esse sentimento de insegurança em relação aos empregos não pode representar um risco para os passageiros?

Graziella - Em inúmeras oportunidades a gente tem alertado o governo sobre a existência de um clima de intranquilidade generalizado entre os trabalhadores da aviação. Podemos garantir que nossos profissionais são extremamente qualificados. Eles são invejados no mundo todo pelo grau de profissionalismo que têm. Só que não é possível medir o limite emocional de cada um. Isso nos preocupa muito. No caso da Vasp, nós tivemos nos últimos 15 dias uma situação extremamente preocupante. Os tripulantes sabiam que aqueles eram seus últimos 15 dias de vôo e que, na volta, estariam demitidos. O governo e as autoridades terão que assumir a responsabilidade diante da sociedade na hora em que acontecer alguma fatalidade. Os sindicatos do setor estão cumprindo o seu papel em tentar minimizar a intranquilidade. E não adianta o DAC dizer que está fiscalizando, porque lidamos com a questão emocional de cada um. Na Vasp eles não estão pagando a rescisão contratual. O FGTS faz três anos que não depositam. Os trabalhadores da Vasp estão sem seguro-saúde e a empresa não está pagando as pensões alimentícias. Como é possível trabalhar com esse grau de insatisfação? Se eles forem tomados por uma preocupação maior do que aquela de pilotar, de servir a um passageiro, ou de atuar numa emergência, vidas podem ser perdidas. Estamos orientando os aeronautas para não aceitarem as pressões das empresas, e voar fora do horário previsto.